



Parliamentarians for Global Action
Parlamentarios para la Acción Global
Action Mondiale des Parlementaires
برلمانيون من أجل التحرك العالمي

SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA PARLAMENTARES AFRICANOS SOBRE COMO ENFRENTAR A PRÁTICA DO CASAMENTO INFANTIL, PRECOZE E FORÇADO (CEFM)

Parlamento de Gana
Março 2-3, 2016 | Acra, Gana

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Guiada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); os Pactos Internacionais sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais e sobre Direitos Cívicos e Políticos (1966); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); bem como outros instrumentos de direitos humanos relevantes, incluindo o Protocolo da Carta Africano dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (1998); Carta Africano sobre os Direitos e Bem Estar da Criança Africano (1999); ea Carta da Juventude Africano (2006);

Tomando nota das Metas de Desenvolvimento Sustentável Agenda, nomeadamente do objectivo 5 a "Alcançar a igualdade de género e capacitar as mulheres e as meninas" e sua meta de 5,3 "eliminar todas as práticas nocivas, como o filho, o casamento precoce e forçado e mutilação genital feminina", o Declaração resultado da Cúpula dos primeiras meninas africanos sobre Terminar Casamento Infantil na África, e do seu anexo, e a Campanha da União Africano para Acabar Casamento Infantil;

Profundamente preocupado que a prática da criança, o casamento precoce e forçado é uma violação dos direitos humanos que impedem as meninas e gozo dos direitos das mulheres, incluindo a educação, o emprego, a participação política, saúde, saúde sexual e reprodutiva, e uma vida livre de violência;

E reconhecendo que a eliminação desta prática nociva é um pré-requisito para sociedades mais igualitárias, pacíficas e democráticas, bem como para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2030 e na Agenda da União Africano 2063, Nós, parlamentares de Gana, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zimbábue, reunido em Accra, Gana, neste dia, declarar e comprometer-se a:

1. Incentivar o lançamento de campanhas nacionais e o desenvolvimento de planos de acção nacionais para acabar com o casamento infantil, precoce e forçado e colaborar com o Ministério ou Ministérios responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de estratégias e programas nacionais para acabar com esta prática nociva, entre relevantes outras ações, que altera a legislação obsoleta e o aumento das dotações orçamentais.

Neste ponto, elogiamos nosso anfitrião, Gana, pelo recente lançamento de sua campanha nacional e compromisso do Parlamento para se envolver com o Ministério do Género, Infância e da Protecção Social no processo de desenvolvimento do Quadro Estratégico Nacional para Acabar com o Casamento Infantil.

2. Rever a legislação em vigor sobre as crianças, mulheres e questões familiares, com vista a harmonizar-la em conformidade com as obrigações internacionais de direitos humanos e eliminar todas as leis discriminatórias que penalizam meninas e impedem o acesso das mulheres à igualdade de direitos.
3. Adotar legislação que define a idade mínima de casamento aos 18 anos, e que efetivamente proíbe, previne e pune a prática do casamento infantil, precoce e forçado, conceder reparação às vítimas, bem como proteger essas meninas já casadas;
4. Em linha com a nossa prerrogativa supervisão e promessas de nossos países para implementar o Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, monitorar o progresso no sentido da concretização do Objetivo 5 e Meta 5,3 requerendo dos Ministérios recolher, analisar, divulgar e utilizar dados de idade e sexo desagregados sobre casamentos infantis, precoces e forçados e periodicamente informar o Parlamento e comissões parlamentares competentes sobre esta matéria;
5. Envolver mais parlamentares e engajar no diálogo e reforçar parcerias existentes com organizações da sociedade civil, líderes tradicionais e religiosos, instituições de direitos humanos, os ministérios e os meios de comunicação para promover uma abordagem coordenada e eficaz de múltiplas partes interessadas para tratar o tema sobre casamento infantil, precoce e forçado.. A nível regional, utilizar a rede da PGA para consolidar uma aliança parlamentar que facilita o intercâmbio e a divulgação de boas práticas e evidências sobre políticas e programas para acabar de forma eficaz com a pratica do Casamento Infantil, Precoce e Forçado.

Feito neste 03 de março de 2016, em Acra, Gana.